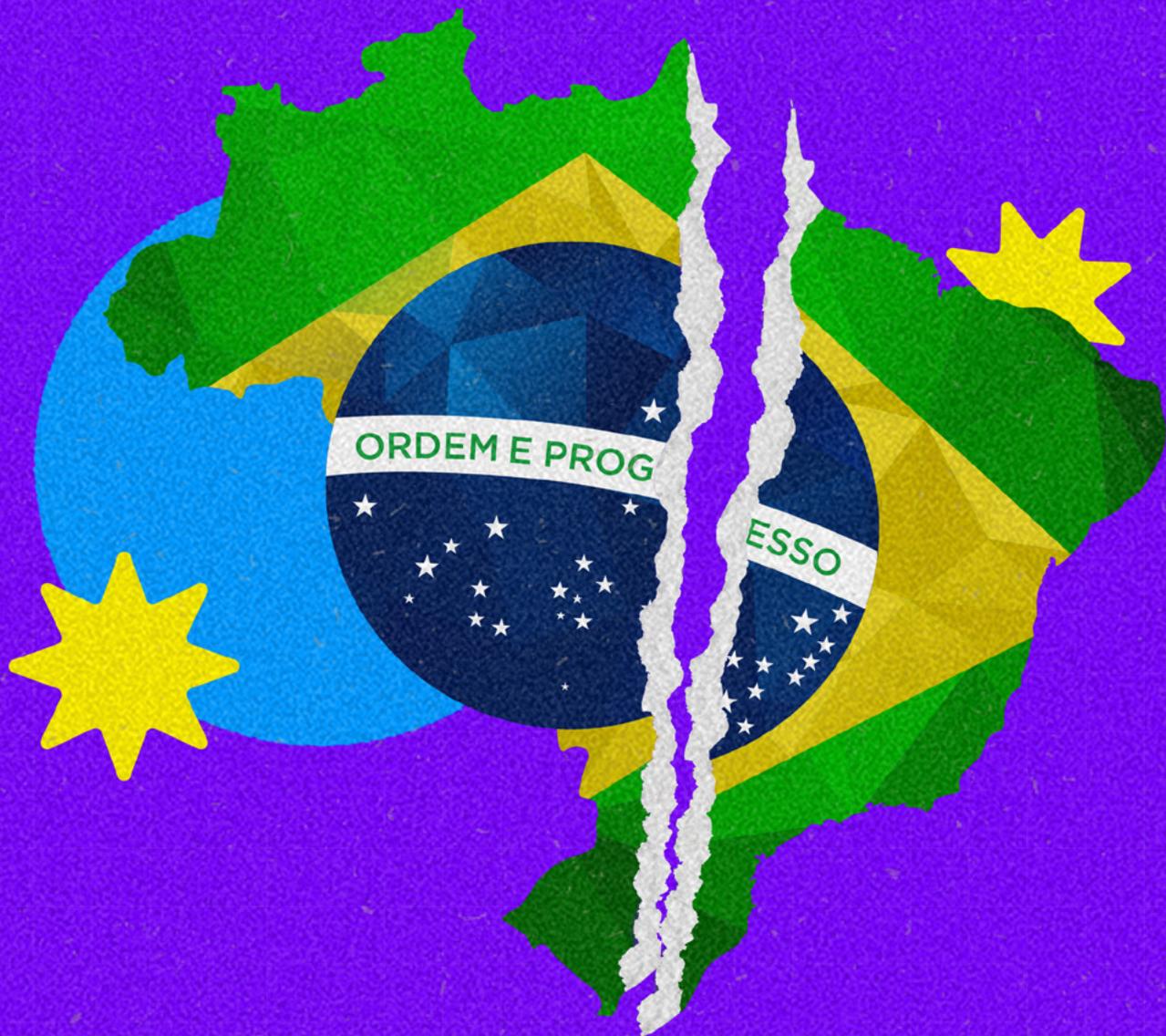




A GRANDE *crise* BRASILEIRA



Por Luis Carlos Bresser Pereira

Sumário

| | |
|---|----|
| Liberalismo ou desenvolvimentismo | 3 |
| O desenvolvimentismo nos países centrais | 5 |
| Armadilha da liberalização | 6 |
| Crise do capitalismo e virada neoliberal | 8 |
| Crise do neoliberalismo e as respostas políticas possíveis | 9 |
| Desafio Brasileiro: O combate à desigualdade passa pelo desenvolvimento econômico | 9 |
| Biografia | 12 |

O Brasil vive desde 2013 a “A grande crise brasileira”. Que engloba três crises: política, econômica e moral. A crise econômica é a mais antiga; nós estamos em semiestagnação ou quase-estagnação desde 1980.

À crise econômica somou-se a crise política, que começou com as manifestações populares de 2013. A crise política foi uma reação da classe média à clara preferência pelos pobres e os trabalhadores que ocorreu nos governos do PT (2003-2016). A classe pobre teve alguma vantagem graças ao Plano Real e depois graças à política do PT quanto ao salário mínimo e à política social. Quanto aos muitos ricos, eles ficaram ainda mais ricos, capturando o patrimônio público através de altos juros. E assim a classe média ficou esquecida, espremida entre os ricos e os pobres. E há a crise moral que não se expressa apenas na corrupção que tomou conta dos grandes partidos políticos e nas ações do Estado para julgá-las e reprimi-las. É preciso considerar também a corrupção das elites econômicas brasileiras que, em troca de reformas que reduzem os salários apoia um político de extrema direita sem qualquer condição de governar o Brasil.

A crise política, a meu ver, nasce daí. Depois da transição democrática, a despesa social do Estado, que era em torno de 12% do PIB, subiu para 22%. A carga tributária total, que girava em torno de 22% do PIB, foi para 34%, com o aumento expressivo

da fatia referente aos juros (de 5% a 6% do PIB) que implicam um enorme subsídio aos capitalistas rentistas. A classe média, que ficou espremida entre os ricos e pobres, percebeu que ela paga impostos, mas não se beneficia da área social, não se beneficia como o que o Estado gasta com saúde por meio do SUS, que ela não usa, e o que gasta com educação fundamental e média (ela só usa no ensino superior público). Então essa classe média, que havia sido progressista durante a transição democrática, de repente dá uma guinada para a direita muito forte.

Liberalismo ou desenvolvimentismo

Enfim, essa é a crise tríplice que nós estamos vivendo. Diante dela, nem a direita e nem a esquerda sabem o que fazer. Se alternaram no poder, mas fracassaram. Para entender isso é preciso compreender que, no plano econômico, o Estado capitalista tem essencialmente duas alternativas, ou ele é desenvolvimentista ou ele é liberal. Escrevi em 2017 um trabalho que é muito importante para mim no qual eu mostro que há duas formas de organizar o capitalismo: a liberal ou a desenvolvimentista. O liberalismo econômico significa Estado intervindo o mínimo na economia, garantir apenas a propriedade e os contratos e manter equilibrada sua conta fiscal; do resto o mercado cuidaria... É uma forma intrinsecamente ineficiente de se organizar o capitalismo. A alternativa a isso é o desenvolvimentismo, um regime de política econômica no qual o Estado intervém

moderadamente na economia e está voltado para a autonomia e o interesse nacional.

Na verdade, até que eu propusesse o desenvolvimentismo, não existia uma palavra que indicasse o tipo de capitalismo alternativo ao liberalismo econômico. Essa palavra não existe nos dicionários, nem em português, nem em inglês, francês ou alemão. O socialismo não é uma alternativa ao liberalismo, o socialismo é uma alternativa ao capitalismo. Mas essa palavra é muito necessária. Resolvi, então, usar a palavra desenvolvimentismo para significar essa alternativa. Por que desenvolvimentismo? Essa é uma palavra que surgiu por volta dos anos 1950. A primeira vez que eu a vi usada foi por um autor fora do Brasil, Charles Tilly, um grande cientista político americano que estudou o surgimento do estado-nação. Mas quem tornou famosa essa expressão foi Chalmer Johnson em 1982 em um livro sobre o Japão. Nós aqui no Brasil já usávamos desde os anos 1960. Há um excelente paper do Pedro Cezar Dutra Fonseca que aborda o desenvolvimentismo como um fenômeno histórico. Na sua pesquisa o primeiro cientista social que ele encontrou falando de desenvolvimentismo foi o Hélio Jaguaribe, em um texto de 1962, e a segunda pessoa fui eu próprio, que falei em 1963, num artigo que publiquei sobre o empresário industrial e a revolução capitalista.

Eu sempre fui um desenvolvimentista de centro-esquerda. Inicialmente fui um “desenvolvimentista clássico”, como foram no Brasil Celso Furtado e Inácio Rangel. A

partir de 2001, ficou claro para mim que o liberalismo não teria qualquer condição de servir de guia para o desenvolvimento do Brasil e que o desenvolvimentismo precisava ser renovado. Comecei, então, a colocar em prática um projeto que eu considerava há tempo: a construir um novo sistema teórico – a teoria novo-desenvolvimentista – que hoje já é uma realidade.

Se pensarmos em um quadro onde você adota os critérios progressista/conservador e desenvolvimentista/liberal, você pode ser um progressista desenvolvimentista, como eu; pode ser um desenvolvimentista conservador como foram Alexander Hamilton e Bismarck. Já quando você é liberal, você é também conservador. Tenho uma definição da oposição entre progressistas e conservadores. Você é de esquerda quando está disposto a arriscar a ordem em nome da igualdade, em nome da justiça social. Isso não quer dizer que a esquerda é contra a ordem. Não, não é isso. A ordem é a condição de qualquer coisa; se você for um revolucionário, você quebra a ordem e funda uma nova ordem. Sem ordem não há Estado. Mas se você está disposto a arriscar essa ordem em nome da igualdade, você é de esquerda. Quando você defende uma greve, você está criticando a ordem, quando você faz a crítica capitalista, você coloca em risco a ordem, você é de esquerda. A direita prioriza fundamentalmente a ordem antes de qualquer outra coisa.

Um problema da esquerda brasileira que, aliás, é um problema da esquerda também

na Europa, é a falta de uma proposta na área econômica. Os liberais não precisam de propostas positivas; para eles basta deixar tudo por conta do mercado. No caso dos desenvolvimentistas o problema é maior porque eles precisam saber que política econômica adotarão, quais os setores que deverão permanecer por conta do mercado, quais aqueles que planejamento é necessário, como administrar os preços macroeconômicos que o mercado é incapaz de coordenar de maneira satisfatória. A teoria novo-desenvolvimentista visa dar à centro-esquerda uma teoria econômica atualizada, que parta da grande competição que há hoje entre os estados-nação e tenha como objetivo o desenvolvimento econômico com estabilidade, redução da desigualdade, e a luta contra o aquecimento global.

Está correto afirmar que o problema fundamental do Brasil é a desigualdade, mas não haverá como combatê-la sem crescimento econômico. Se não houver crescimento econômico, o governo progressista fracassará.

O governo Lula não fracassou porque agiu com responsabilidade no plano econômico, exceto em relação à taxa de câmbio (que deixou que se valorizasse brutalmente), e porque foi beneficiado por um de preços das commodities por nós exportadas. O Estado precisa buscar diminuir a desigualdade, mas não às custas do desenvolvimento. Por isso

o Novo Desenvolvimentismo defende um desenvolvimentista social. Quero diminuir as desigualdades, mas sei que para que haja desenvolvimento econômico é necessário que a taxa de câmbio seja competitiva e a taxa de lucro satisfatória para motivar as empresas a investir.

O desenvolvimentismo nos países centrais

O progresso é uma tese iluminista do século XVIII, fundada na ideia da razão, do conhecimento. É o progresso racional, com a sociedade desenvolvendo-se pela razão. No século XX a ideia do progresso mudou para a ideia do desenvolvimento e, a partir da segunda metade do mesmo século, para o desenvolvimento humano. Nessa linha de pensamento, quais foram, então, os objetivos políticos que as sociedades modernas capitalistas, a partir do século XVIII, principalmente, definiram para si próprias? Havia, anteriormente, um objetivo, que era a preocupação com a ordem. Com a Revolução Francesa, um segundo objetivo apareceu, isto é a liberdade individual. Com a Revolução Industrial, um terceiro, o nacionalismo econômico, ou seja, o desenvolvimentismo. Na segunda metade do século XIX surge um quarto objetivo: a justiça social e sua ideologia, o socialismo. Finalmente, no último quartel do século XX, um quinto objetivo: a proteção do meio ambiente e o ambientalismo. Portanto, cinco grandes objetivos e suas respectivas ideologias: a ordem e o conservadorismo, a liberdade individual e o liberalismo, o desenvolvimento econômico e o nacionalismo econômico ou desenvolvimentismo, a justiça social e a ideologia do socialismo, e a proteção do ambiente e a ideologia do ambientalismo.

Entenderemos melhor o que aconteceu com a economia brasileira se considerarmos a virada neoliberal que ocorreu no capitalismo central a partir do final dos anos 1970. A economia dos países ricos foi liberal até 1929. Logo aconteceu o crash da Bolsa de Nova York e com isso a Grande Depressão dos anos 1930. Os países centrais, então, mudaram o seu regime econômico para desenvolvimentista – e isto facilitou a adoção do desenvolvimentismo na América Latina.

O desenvolvimentismo já está presente no New Deal de Roosevelt. Poderíamos até citar Hitler e Mussolini, mas foram governos tão maus que é melhor deixá-los de fora. No pós-Segunda Guerra tivemos um desenvolvimentismo como o de Roosevelt, democrático. E além disso, social-democrático na Europa. Foi o segundo grande desenvolvimentismo da história do capitalismo. O primeiro havia sido o mercantilismo – quando ocorreram as revoluções capitalistas na Inglaterra, na França e na Bélgica. Ainda que os americanos falem sempre de seu liberalismo econômico, até 1980 os EUA eram um país desenvolvimentista. Até 1939, tiveram altas tarifas protegendo sua economia. Precisavam disso para neutralizar sua doença

holandesa, da qual não tinham o conceito, como também aconteceu aqui no Brasil, mas sabiam que sem as tarifas sua indústria não seria competitiva. Nos anos 1950, os EUA enviaram uma missão ao Brasil para nos ensinar a fazer planejamento econômico. Os EUA sempre mandaram e continuam mandando no Banco Mundial, que, ao lado da Cepal, era, até 1980, o principal ninho dos economistas desenvolvimentistas. O sistema que havia nos EUA não era liberal, mas desenvolvimentista.

O desenvolvimentismo teve no pós-guerra uma teoria macroeconômica para sustentá-la, que foi o keynesianismo. Keynes foi um desenvolvimentista. O meu conceito de desenvolvimentismo é, naturalmente, amplo. Por isso eu posso afirmar que o capitalismo ou é liberal ou é desenvolvimentista. A partir dos anos 1940, o desenvolvimentismo realmente existente passou a ter uma teoria do desenvolvimento econômico, a “development economics”, que foi chamada de estruturalismo latino-americano, e que eu prefiro chamar teoria desenvolvimentista clássica. Rosenstein-Rodan, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, Hirschman, Raul Prebisch, Hans Singer, Ignácio Rangel (e também Keynes e Kalecki, que fundaram a teoria macroeconômica) foram economistas desenvolvimentistas clássicos.

Entre 1930 e 1980 o Brasil foi desenvolvimentista e esteve apoiado no pensamento teórico desses economistas desenvolvimentistas clássicos. Mas a teoria

desenvolvimentista clássica entrou em crise nos anos 1970, com a teoria da dependência de André Gunder Frank. Essa teoria rejeita um componente fundamental para o desenvolvimentismo: a coalisão de classes desenvolvimentista; a ideia de que, para promover o desenvolvimento econômico, geralmente é preciso que haja um acordo político básico (independente dos conflitos específicos) entre uma burguesia industrial relativamente nacional, a burocracia pública e trabalhadores, mais especificamente urbanos. Coalisões desse tipo foram encontradas em todo mundo, inclusive no período do mercantilismo, onde o Estado absoluto era uma coalisão do monarca e sua corte com os grandes comerciantes, contra os senhores feudais. Depois do mercantilismo, as coalisões se formam em contraposição aos liberais, que são contra a intervenção do Estado na economia. A crise da teoria desenvolvimentista clássica se aprofundou nos anos 1980, com a virada neoliberal nos países ricos, ao mesmo tempo que a teoria econômica neoclássica voltava a ser dominante nas universidades, depois do intermezzo keynesiano.

Armadilha da liberalização

O liberalismo econômico é incompatível com o desenvolvimento do país. No Brasil precisamos manter uma taxa de câmbio competitiva, mas há, normalmente, duas coisas que impedem isso: a primeira é uma doença holandesa não neutralizada, que

se torna um grande problema quando as commodities aumentam de preço; a segunda é a política equivocada de se tentar crescer com “poupança externa”, ou seja, com endividamento externo, pois, para atrair capitais, o governo eleva a taxa de juros e isso mantém a taxa de câmbio apreciada a longo prazo.

Se fizermos uma análise muito breve do desenvolvimento brasileiro, o Brasil formou seu estado-nação e fez a sua revolução nacional e industrial, ou seja, a sua revolução capitalista, entre 1930 e 1980. Até 1930, era uma semicolônia do império informal americano, inglês e francês. Com Getúlio começa a revolução nacional e industrial. Em 1980 já se podia considerar completa a revolução capitalista brasileira. Em 1985, com o sufrágio universal e a saída dos militares, o Brasil passa, afinal, a ter um regime democrático.

Ao completar sua transição democrática, o Brasil contava com uma grande indústria, exporta manufaturados, tem uma grande classe média burguesa e uma grande classe média tecnoburocrática. Era um país vitorioso. Contudo, estava naquele momento em uma crise muito grande desde 1980, uma crise da dívida externa, uma crise cambial,

que atingiu países os países que acreditaram poder crescer com endividamento externo e déficit em conta corrente. A essa crise se soma uma alta inflação que imediatamente se torna inercial porque o regime militar indexara a economia a partir de 1964 e a sociedade brasileira passou a fazer o mesmo, informalmente, com seus preços e salários. Uma crise que aconteceu especialmente na América Latina e na África, e pouco na Ásia, e que parou o crescimento brasileiro.

Nesse período de 1930 a 1990, o regime de política econômica brasileiro foi desenvolvimentista; o capitalismo brasileiro foi desenvolvimentista; o Estado brasileiro foi desenvolvimentista. A partir de 1990 o Brasil passou a ter um regime de política econômica liberal e a economia brasileira entrou em regime de quase-estagnação. O que aconteceu? A ortodoxia liberal fala em falta de reformas liberalizantes e na chamada “armadilha da renda média”, que explicaria por que os países latino-americanos quase não crescem desde 1980. Ao atingir um nível médio de renda, o crescimento se paralisaria a não ser que fossem feitas reformas e mais reformas fossem realizadas. Nós as fizemos neoliberais, e a situação econômica só se agravou. Na verdade, essa armadilha da renda média não existe; o que houve foi a armadilha da liberalização. A semiestagnação não aconteceu com os países do Leste da Ásia. Na América Latina os países não pararam de crescer porque atingiram um certo nível de renda, mas pararam de crescer porque, diante da grande crise da

dívida externa e da alta inflação inercial que ocorreram nessa década, passaram a adotar as reformas neoliberais que desmontaram as políticas que, pragmática e intuitivamente, neutralizavam sua doença holandesa (tarifas sobre a importação de manufaturados), e porque, assim que a crise da dívida externa dos anos 1980 foi superada, voltaram com mais vigor a tentar crescer com endividamento externo. As tarifas não eram mero protecionismo; grande parte delas era neutralização da doença holandesa. Além disso, a abertura financeira facilitou a elevação da taxa de juros, com a ideia de atrair capitais, e isso teve um efeito deletério sobre a economia dos países latino americanos. Isso não aconteceu com os países asiáticos. Eles não tiveram a doença holandesa, não quiseram crescer com poupança externa, excetuando-se a Coreia do Sul nos anos 1970, mas então a economia coreana crescia muito rapidamente, as oportunidades de investimento lucrativo aumentaram muito, e a propensão marginal a poupar e investir aumentou, de forma que os capitais externos que financiaram o déficit não foram utilizados para consumo, mas para investimento.

Crise do capitalismo e virada neoliberal

Nos anos 1970 os Anos Dourados do capitalismo entraram em crise. O fim da convertibilidade do dólar em 1971; o primeiro choque do petróleo em 1973, marcaram essa mudança. A taxa de crescimento

de todos os países caiu e a taxa de lucro também. Surgiu a competição, então, dos países em desenvolvimento exportando manufaturados. Eram os tigres asiáticos, o Brasil e o México. Isso, é claro, incomodou muito o Império.

A reação a isso tudo se deu com a retomada do poder pelos economistas liberais e pela direita neoliberal. Em 1979 e 1980 aconteceu a “virada neoliberal”, marcada pela eleição de Ronald Reagan nos EUA e pela ascensão de Margareth Thatcher no Reino Unido. O Brasil entrou nesse regime dez anos depois. Naquele momento o Brasil vivia a crise da dívida externa e da alta inflação, que o fragilizou muito. Em 1990, com a eleição de Fernando Collor, o Brasil submeteu-se, por fim, à virada neoliberal. Realizou sua abertura comercial e financeira.

Fernando Henrique Cardoso aprofundou essa “virada neoliberal” ao promover as privatizações das empresas de utilidade pública monopolistas e por fazer a política de flutuação do câmbio, com metas de inflação. Isso não é necessariamente liberal, mas ajudou também.

Quando Lula chegou ao poder em 2003 encontrou esse regime de política neoliberal com privatizações em massa, abertura comercial e financeira. Mas nada mudou; o neoliberalismo era vitorioso em todo o mundo e não havia apoio para uma mudança. O regime de política econômica continuou liberal. Lula colocou no Banco Central um presidente conservador, e, no Ministério da Fazenda, colocou Antônio Palocci que

chamou para seus secretários economistas liberais radicais, Marcos Lisboa e Joaquim Levy. Não obstante, o governo Lula terminou bem, com uma alta popularidade para ele, porque se beneficiou de um grande aumento dos preços das commodities exportadas pelo Brasil.

Mas deixou para Dilma Rousseff uma taxa de câmbio muito apreciada, que está na origem da Grande Crise Brasileira de hoje. Em 2011, Dilma tentou mudar o regime de política econômica de liberal para desenvolvimentista, mas foi incompetente e não deu certo. Logo recuou. Foi reeleita, ao mesmo tempo que a classe média dava uma grande virada para a direita e que o país entrava em uma grande recessão. Isto facilitou o golpe do impeachment, e a retomada do poder pelos neoliberais. Estávamos então em plena Grande Crise Brasileira. Que só se agravou com a eleição de Jair Bolsonaro. Não houve crescimento desde o impeachment porque o liberalismo nos países da América Latina é inviável. Países com esse nível de desenvolvimento não comportam esse liberalismo, ainda mais se têm doença holandesa. Países como a Suíça, muito ricos, podem ser mais liberais; já são tão ricos que o desenvolvimento econômico deixou de ser importante para os suíços. Não é o caso do Brasil.

Crise do neoliberalismo e as respostas políticas possíveis

O neoliberalismo, contudo, entra em crise no ano de 2008. É o fracasso do neoliberalismo

com o colapso do sistema financeiro. É o fracasso da desregulamentação do sistema financeiro que o neoliberalismo defendeu ferozmente. Em 2016 começou a crise política do neoliberalismo e da ortodoxia neoclássica com a eleição de Donald Trump e com a decisão do Reino Unido de realizar o Brexit. O neoliberalismo está morrendo lá no Norte, mas não no Brasil, não para Paulo Guedes, não para a “Faria Lima”, ou seja, para o sistema financeiro, que revelam um atraso profundo. O neoliberalismo é radical, como é o estatismo. Ou você é extremado de um jeito: é só mercado; ou extremado de outro: é só Estado. A alternativa ao liberalismo econômico e ao estatismo é o desenvolvimentismo, mas esse regime de política econômica só será bem sucedido se for razoavelmente bem governado.

Os Bancos Centrais existem para controlar inflação e para controlar os juros. Mas é preciso também controlar o câmbio, os salários, e garantir que a taxa de lucro seja positiva.

Eu costumo brincar dizendo que o Partido dos Trabalhadores (PT) tentou desenvolver um novo conceito de capitalismo – um capitalismo sem lucro... Lula fez o que pôde para ter um novo acordo desenvolvimentista com o empresariado. Mas, ao deixar que a taxa de câmbio se apreciava brutalmente, não garantiu às empresas industriais uma taxa de lucro satisfatória a partir de 2011.

Em meados de 2013, o empresariado praticamente deixou de apoiar o governo pela falta de lucro, e também pelos erros cometidos pela ex-presidente Dilma Rousseff, por seu intervencionismo arrogante. O Estado precisa garantir ao empresariado que haja taxa de lucro. No dia que acabar a taxa de lucro, acabou o capitalismo. O PT queria o capitalismo, defendia o capitalismo, mas deixou o Real se apreciar enormemente e, por isso, não garantiu o lucro para as empresas.

Desafio Brasileiro: O combate à desigualdade passa pelo desenvolvimento econômico

Qual a relação do desenvolvimento econômico com os outros objetivos? Eles não são excludentes. Eles possuem contradições, é verdade, mas não são incompatíveis. Contudo, todos dependem do desenvolvimento econômico. Este é prioritário. É necessário ter o desenvolvimento econômico para combater a desigualdade.

Como eu disse logo no começo, a revolução capitalista está ligada com a formação do estado-nação. Qual é a lógica fundamental, então, do estado-nação? O estado-nação é o tipo de sociedade próprio do capitalismo, assim como o império é o tipo de sociedade próprio do escravismo. Ernest Gellner escreveu um artigo sobre

isso, falando em sociedades agrárias letradas e sociedades industriais. Qual é a legitimidade fundamental do estado-nação? É o desenvolvimento econômico. Gellner fala isso com muita consistência.

Quando eu refletia sobre isso e sobre a tese multiculturalista, eu chegava à conclusão que essa tese não funcionaria. É claro que é necessário respeitar a cultura dos outros e integrá-los. Contudo, você querer que convivam dentro da sua sociedade culturas totalmente diferentes, com regras diferentes, leis diferentes, não é possível. Isso vai contra a lógica do estado-nação e da própria lógica do capitalismo.

O capitalismo e o estado-nação nasceram baseados nas ideias do constitucionalismo ou império da lei e do Estado de direito. Antes mesmo da afirmação dos direitos civis há o movimento do constitucionalismo, que se tornou vitorioso na Inglaterra após a Revolução Gloriosa, em 1689. O constitucionalismo e os direitos civis ou Estado de direitos são inerentes ao capitalismo. A liberdade política e a democracia, como a justiça social, não são inerentes ao sistema capitalista. São conquistas das classes populares que acabaram sendo aceitas pelas elites burguesas porque não impedem a acumulação capitalista.



produção.

8. Desde 1964 o câmbio brasileiro foi baseado nas mini desvalorizações. Todo mês o Banco Central mudava a taxa de câmbio de acordo com a taxa de inflação. Em alguns momentos esse mecanismo sofreu problemas. Quando eu cheguei no Ministério da Fazenda em 1987, o Brasil vinha do colapso do Plano Cruzado. A primeira coisa que eu fiz foi fazer uma depreciação de 10%. Era um sistema de câmbio fixo com mini desvalorizações. Trata-se de uma indexação do câmbio.

1. Ver Bresser-Pereira, “40 anos de desindustrialização”, *Jornal do Economista*, maio de 2019.

2. Chalmers Johnson, (1982) *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford: Stanford University Press.

3. Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, in André Bojikian Calixtre, André Martins Biancarelli e Marcos Antonio Macedo Cintra, orgs., *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro: IPEA, 2014: 29-78.

4. “O Empresário Industrial e a Revolução brasileira”, *Revista de Administração de Empresas* 2(8):11-27, julho 1963.

5. Duas leituras ideais para quem quer se iniciar na teoria novo-desenvolvimentista são os artigos: Bresser-Pereira, “Do Desenvolvimentismo Clássico e da Macroeconomia Pós-Keynesiana para o Novo Desenvolvimentismo”, *Brazilian Journal of Political Economy* 39(20) abril: 211-235; e Bresser-Pereira, “New Developmentalism: development macroeconomics for middle-income countries”, *Cambridge Journal of Economics*, 44: 629-646.

6. Ver Bresser-Pereira, “Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova*, 2014, n.93: 33-60.

7. Aqui o socialismo deve ser compreendido como ideologia e não como modo de

Biografia



Luiz Carlos Bresser Pereira

Luiz Carlos Bresser Pereira (São Paulo, 30 de junho de 1934) é um economista, cientista político, cientista social, administrador de empresas e advogado brasileiro. É professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, desde 1959, e edita a Revista de Economia Política desde 1981. Foi ministro da Fazenda do Brasil (1987) e, nessa condição, propôs uma solução geral para a grande crise da dívida externa dos anos 1980 na qual se baseou o Plano Brady, que resolveu a grande crise da dívida externa dos anos 80. Foi também o criador do Plano Bresser, que reajustou as tarifas públicas defasadas e congelou salários, preços e o câmbio por 90 dias na expectativa de combater a inflação.

Foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro

da Ciência e Tecnologia (1999). Parte da sua carreira foi dedicada a estudar a burocracia pública e a profissionalização da administração das empresas, a industrialização brasileira e os efeitos da doença holandesa. É um dos contundentes críticos do liberalismo, do livre-comércio e defensor de medidas protecionistas. É considerado um dos maiores expoentes do desenvolvimentismo no Brasil.

Integra o conselho editorial do Brasil 247.



fundação podemos
política para todos

